



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Pelo presente instrumento particular:

(i) **CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Avenida Getúlio Vargas, nº 20-59, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 10.531.501/0001-58, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("**Companhia**" ou "**Emissora**");

(ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, CEP: 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante dos titulares das debêntures objeto da presente emissão ("**Debenturistas**"), neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("**Agente Fiduciário**"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "**Partes**" e, individual e indistintamente, como "**Parte**";

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar a presente "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A." ("**Escritura de Emissão**"), mediante as seguintes cláusulas e condições.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, que estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Para fins da presente Escritura de Emissão, "**Dia(s) Útil(eis)**" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos, feriados nacionais e dias em que não haja expediente bancário Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

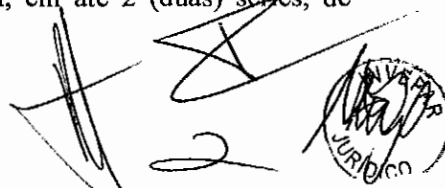
CLÁUSULA I. AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base na autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 9 de novembro de 2012 ("**AGE**"), que aprovou os termos e condições da presente emissão de Debêntures e da Oferta (conforme abaixo definidos), nos termos do artigo 59 e seu parágrafo 1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").

1.2. Por meio da AGE a Diretoria da Emissora também foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão, dentre os quais o aditamento a esta Escritura de Emissão que ratificará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

CLÁUSULA II. REQUISITOS

A segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, a ser convolada em espécie com garantia real, em até 2 (duas) séries, de



emissão da Emissora ("Emissão"), para distribuição pública, pela Emissora ("Oferta") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITALIS

2.1.1. A Oferta será devidamente registrada na CVM na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), da Instrução da CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), do Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas, Regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), em 20 de agosto de 2008, conforme alterado ("Convênio CVM-ANBIMA"), e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis.

2.2. ANÁLISE PRÉVIA PELA ANBIMA E PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE REGISTRO

2.2.1. O registro da Emissão será requerido por meio do Convênio CVM-ANBIMA, sendo a Emissão objeto de análise prévia pela ANBIMA, para a elaboração de parecer técnico, no âmbito do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas", datado de 9 de junho de 2010 ("Código ANBIMA de Atividades Conveniadas") e do Convênio CVM-ANBIMA, conforme vigentes nesta data, e, posteriormente, da CVM, para a concessão do registro.

2.3. ARQUIVAMENTO DOS ATOS SOCIETÁRIOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

2.3.1. A ata da AGE será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico", edição regional, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. ARQUIVAMENTO DA ESCRITURA DE EMISSÃO E SEUS ADITAMENTOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

2.4.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão devidamente arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.5. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

2.5.1. As Debêntures (conforme definido na Cláusula 3.4.1 abaixo) serão devidamente registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente:

- (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures (conforme definido na Cláusula 3.4.1 abaixo) custodiadas eletronicamente na CETIP; e
- (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do Sistema Bovespa Fix ("BOVESPAFIX"), ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as Debêntures (conforme definido na Cláusula 3.4.1 abaixo) liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.

The block contains handwritten signatures and a circular stamp. There are two distinct signatures: one on the left and one on the right. Below the right signature is a circular stamp with the word "VERIFICADO" (verified) and a date "10/07/20" inside. Below the left signature is a handwritten number "2".

CLÁUSULA III.
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO
COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

3.1. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1.1. A Emissora tem por objeto social exclusivamente a exploração e operação da rodovia denominada Raposo Tavares, conforme concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão (conforme abaixo definido).

3.2. NÚMERO DA EMISSÃO

3.2.1. A presente Escritura de Emissão contempla a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 3.10 abaixo.

3.4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E NÚMERO DE SÉRIES

3.4.1. A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries, de mesmas características, exceto com relação ao Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) e da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido), nos termos e condições previstos na Cláusula V, e pela possibilidade de fixação de taxas distintas, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding* (abaixo definido). Serão emitidas 750.000 (setecentas e cinquenta mil) Debêntures, sendo que a existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série ("Debêntures da Primeira Série" e "Debêntures da Segunda Série", respectivamente, e em conjunto "Debêntures") serão definidas em comum acordo entre a Emissora, o Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder" ou "Bradesco BBI"), o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC"), o Banco Votorantim S.A. ("Votorantim") e o BB - Banco de Investimento S.A. ("BB-BI"); e, em conjunto com o Coordenador Líder, com o HSBC e com o Votorantim, "Coordenadores", que atuarão na qualidade de coordenadores da Oferta, em razão da demanda pelas Debêntures apurada por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), nos termos da Cláusula 3.8 abaixo, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes ("Sistema de Vasos Comunicantes"). O enquadramento da totalidade do projeto de investimento em infraestrutura como projeto prioritário para o Ministério dos Transportes, concedido por meio da Portaria nº 246, de 26 de outubro de 2012, do Ministério dos Transportes, não significa que parte ou toda a Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"). Qualquer uma das séries poderá não ser emitida, hipótese em que a totalidade das Debêntures será emitida em série única, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

3.4.2. A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada não será aumentada nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, e nem do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400.

3.6. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.6.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão utilizados da seguinte forma: (i) 44,8% (quarenta e quatro vírgula oito por cento) para viabilização e implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura, e (ii) 55,2% (cinquenta e cinco vírgula dois por cento) para o resgate antecipado da totalidade das debêntures da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública com

Esforços Restritos de Distribuição, da Emissora ("Primeira Emissão"), cujo saldo atualizado, em 21 de dezembro de 2012, será de, aproximadamente, R\$414.000.000,00 (quatrocentos e quatorze milhões de reais).

3.7. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação pelos Coordenadores, de forma individual e não solidária, no valor de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), nos termos e proporções indicados no "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, em Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, da 2ª Emissão da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A." ("Contrato de Distribuição").

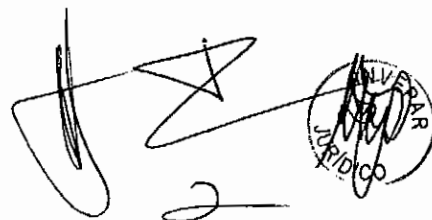
3.7.2. As Debêntures serão colocadas utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta; e (iii) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos prospectos preliminar e definitivo da Emissora, com informações sobre a Emissora e sobre a Oferta, nos termos da Instrução CVM 400 ("Prospecto Preliminar", "Prospecto Definitivo" e, conjuntamente, "Prospectos") e do Formulário de Referência (conforme abaixo definido), para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.7.3. O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e/ou no exterior, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

3.7.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

3.7.5. Não existirão lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures.

3.7.6. A colocação das Debêntures somente terá início após: (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) o registro para distribuição e negociação das Debêntures no ambiente da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso; (c) a publicação do anúncio de início de distribuição; e (d) a disponibilização aos investidores do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência da Emissora, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Formulário de Referência" e "Instrução CVM 480", respectivamente), e do Prospecto Definitivo, e, se for o caso, versão atualizada do Formulário de Referência. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada até no período máximo de até 6 (seis) meses a contar da data da publicação do anúncio de início da distribuição ("Prazo de Distribuição").

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "ANEXO" at the top, "PÁGINA" on the right, and "EX-100" at the bottom. The signature is a stylized, cursive script.

3.8. PROCEDIMENTO DE *BOOKBUILDING* (COLETA DE INTENÇÕES DE INVESTIMENTO)

3.8.1. Os Coordenadores organizarão Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora ratificará a taxa aplicável às Debêntures, podendo ser fixadas taxas distintas para cada uma das séries, bem como o número de séries e a quantidade de Debêntures a serem efetivamente emitidas, por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da AGE.

3.8.2. Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo (i) acionistas controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de quaisquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal participação em relação ao volume da Oferta. Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, não será permitida a colocação de Debêntures junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

3.8.2.1. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica à(s) instituição(ões) financeira(s) que venha(m) a ser contratada(s) para atuar como fornecedor(es) de mercado da Emissão, conforme descrição acerta do direito de subscrição, conforme detalhado nos Prospectos.

3.9. BANCO MANDATÁRIO E AGENTE ESCRITURADOR

3.9.1. O banco mandatário da Emissão e o agente escriturador das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/no. – Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Agente Escriturador", respectivamente, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e/ou o Agente Escriturador na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula).

3.10. DATA DE EMISSÃO

3.10.1. Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de dezembro de 2012 ("Data de Emissão").

3.11. CONVERSIBILIDADE

3.11.1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

3.12. ESPÉCIE

3.12.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, com garantia adicional real, a ser convolada em garantia real, a ser constituída nos termos e prazos previstos na Cláusula 3.14 abaixo.

3.12.2. As Debêntures passarão automaticamente a ser da espécie com garantia real na data em que ocorrerem (i) o resgate antecipado total e a liquidação integral do saldo remanescente das debêntures da Primeira Emissão e (ii) a liberação das garantias constituídas em favor dos debenturistas da



Primeira Emissão, devendo a Emissora notificar o Agente Fiduciário da ocorrência dos eventos previstos nos itens (i) e (ii). O Agente Fiduciário deverá confirmar aos Debenturistas que as debêntures da Primeira Emissão foram integralmente liquidadas, por meio de divulgação de comunicado em sua página na Internet (www.pentagontrustee.com.br).

3.12.3. Para fins de atendimento ao disposto na Cláusula 3.13.1 acima, a Emissora, neste ato, nomeia o Banco Mandatário seu procurador, nos termos de seus atos constitutivos, de maneira irrevogável e irrevogável, na forma dos artigos 683 e seguintes do Código Civil, investido de poderes especiais, única e exclusivamente para, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar do depósito, pelos Coordenadores dos valores necessários à quitação integral das debêntures da Primeira Emissão, transferir e/ou debitar em conta corrente de titularidade da Emissora, referidos valores, sendo que este mandato deverá permanecer válido e eficaz até a integral quitação das obrigações decorrentes das debêntures da Primeira Emissão.

3.12.4. Sem prejuízo do disposto nos itens acima, a Emissora e o Agente Fiduciário obrigam-se a, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio, aos Debenturistas, da confirmação a que se refere a Cláusula 3.13.1 acima pelo Agente Fiduciário, celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, exclusivamente para formalizar a convalidação da espécie das Debêntures de “quirografária” para “com garantia real”.

3.13. FORMA E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE

3.13.1. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND, e o extrato em nome do Debenturista emitido pela BM&FBOVESPA, quando as Debêntures estiverem depositadas na BM&FBOVESPA, conforme aplicável.

3.14. GARANTIAS

3.14.1. As Debêntures contarão com as seguintes garantias, sujeitas à Condição Suspensiva, conforme definido na Cláusula 3.14.2 abaixo:

(i) penhor sobre todas as ações que a Acionista atualmente detém no capital social da Emissora, representativa de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora, (“Ações Empenhadas”), bem como sobre (a) todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às Ações Empenhadas, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio, direitos de subscrição de novas ações representativas do capital social da Emissora e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as Ações Empenhadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários); (b) quaisquer novas ações de emissão da Emissora que venham a ser subscritas ou adquiridas pela Acionista ou que, de qualquer outra forma, venham a se tornar de titularidade da Acionista, bem como todos os direitos relacionados a tais novas ações; (c) todas as ações de emissão da Emissora que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Acionista, ou a seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das Ações Empenhadas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista; e (d) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Ações Empenhadas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos do Contrato de Penhor de Ações a ser celebrado entre a Acionista, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES” ou “Instituição Financeira”), o Agente Fiduciário, com a interveniência da Emissora (“Contrato de Penhor”);

The block contains three handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is located on the right side and contains the text "BANCO MANDATÁRIO" around the perimeter. The signatures are written in dark ink and appear to be of different individuals.

(ii) cessão fiduciária:

(x) de todos os direitos da Emissora emergentes do Termo de Contrato de Concessão nº 002/ARTESP/2009 ("Contrato de Concessão"), celebrado entre a Emissora e o Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), relativo ao Edital nº 004/2008 da Concorrência Pública Internacional da ARTESP ("Edital"), inclusive, sem limitação, os direitos relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão e todos os direitos de crédito da Emissora presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Contrato de Concessão, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão ("Direitos Creditórios"), os quais deverão ser depositados na Conta Centralizadora, conforme definida no item (iii) abaixo, e

(y) de conta corrente de titularidade da Emissora mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), na qualidade de Banco Depositário, a qual será movimentada exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas referido no item (iii) abaixo ("Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures"). A Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures receberá depósitos mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor referente à próxima parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures a ser amortizada da Data de Amortização (conforme abaixo definida) imediatamente subsequente e dos próximos Juros Remuneratórios devidos, tudo nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido);

(iii) cessão fiduciária da conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373 ("Conta Centralizadora"), de titularidade da Emissora e mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), na qualidade de banco depositário ("Banco Depositário"), a qual será movimentada exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas ("Contrato de Administração de Contas"), a ser celebrado entre a Emissora e o Banco Depositário e, como Intervenientes Anuentes, a Instituição Financeira e o Agente Fiduciário. A Conta Centralizadora passará a receber os depósitos dos valores relativos aos Direitos Creditórios mediante a formalização e aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios e da Conta Centralizadora, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Instituição Financeira ("Contrato de Cessão Fiduciária") e, em conjunto com o Contrato de Penhor, os "Contratos de Garantias", sendo todas as garantias constituídas pelos Contratos de Garantias doravante denominadas, conjuntamente, "Garantias").

3.14.2. O Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Penhor, o Contrato de Administração de Contas e o Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definido abaixo) devem ser assinados até a Data da Emissão.

3.14.2.1. A formalização e constituição das garantias a serem criadas, nos termos da Cláusula 3.14.1 acima, (i) pelo Contrato de Cessão Fiduciária, exceto com relação à Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures, e pelo Contrato de Penhor ("Garantias Compartilhadas"), (ii) pelo Contrato de Administração de Contas, exceto com relação à Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures, e (iii) pelo Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definido abaixo) estão condicionadas ao quanto segue, como condição suspensiva para sua validade e eficácia ("Condição Suspensiva"):



(i) como condição exclusivamente à constituição da cessão fiduciária sobre os Direitos Creditórios e do penhor sobre as Ações Empenhadas, a prévia liberação (x) da cessão fiduciária da parcela dos Direitos Creditórios decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Contrato de Concessão, constituída em favor das debêntures da Primeira Emissão, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado em 10 de fevereiro de 2011 entre a Emissora, o BNDES, o Banco Bradesco S.A. e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., como agente fiduciário da Primeira Emissão, e (y) do penhor sobre as ações detidas pela Invepar no capital social da Emissora, constituído nos termos do Contrato de Penhor de Ações celebrado em 10 de fevereiro de 2011 entre a Emissora, a Invepar, a Construtora OAS Ltda., o BNDES e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., como agente fiduciário da Primeira Emissão, respectivamente, devendo tal liberação ser comprovada mediante apresentação, ao Agente Fiduciário e à Instituição Financeira, dos registros dos respectivos distratos aos referidos Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contrato de Penhor de Ações relativos à Primeira Emissão nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Cidades de Bauru, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

(ii) em relação à cessão fiduciária dos Direitos Creditórios, da Conta Centralizadora, bem como ao penhor das Ações Empenhadas, a aprovação da ARTESP, nos termos dos itens 18.1.1.1 (d) e (e) e 18.4.1 do Edital;

(iii) a comprovação de registro dos Contratos de Garantias e do Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme o caso, de acordo com a localização da sede social dos signatários dos referidos contratos; e

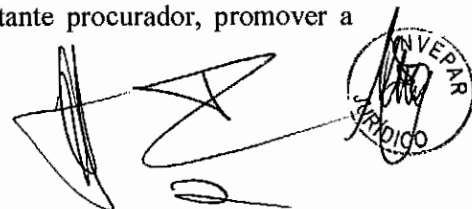
(iv) a averbação do penhor sobre as Ações Empenhadas nos livros da Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de agente escriturador das Ações Empenhadas, o qual será anotado nos extratos da conta de depósito fornecidos aos acionistas, nos termos do Contrato de Penhor.

3.14.3. A verificação, pelo Agente Fiduciário, dos eventos relacionados na Cláusula 3.14.2.1 acima, necessários à plena eficácia dos Contratos de Garantias, deverá ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) Dias Úteis contados da data de integralização das Debêntures, podendo o Agente Fiduciário solicitar, à Emissora, informações ou cópia dos documentos indicados acima conforme venha a ser necessário para a verificação das Garantias. Mediante a ocorrência dos eventos relacionados acima, e consequente satisfação da Condição Suspensiva, as Garantias passarão a ser válidas e eficazes.

3.14.4. As Garantias Compartilhadas serão compartilhadas, de forma “*pari passu*” e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, entre (i) os titulares das Debêntures, e (ii) ao BNDES, na qualidade de credor do contrato de financiamento de longo prazo, no valor de R\$1.052.242.597,21 (um bilhão, cinquenta e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos) celebrado entre a Emissora e o BNDES em 10 de fevereiro de 2011 (“Contrato de Financiamento”).

3.14.5. Além das Garantias Compartilhadas, o Contrato de Financiamento possui, na data desta Escritura, as seguintes garantias adicionais (“Garantias Adicionais do BNDES”): (i) cessão fiduciária de conta-reserva; e (ii) participação da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – INVEPAR (“Invepar” ou “Acionista”) como devedora solidária das obrigações assumidas pela Emissora limitada ao montante de R\$471.323.000,00 (quatrocentos e setenta e um milhões, trezentos e vinte e três mil reais). As Garantias Adicionais do BNDES não fazem parte das Garantias Compartilhadas.

3.14.6. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretroatável, para, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, promover a

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the word "INVEPAR" at the top and "PROCO" at the bottom, with a central emblem.

averbação dos Contratos de Garantia, caso a Emissora não o faça no prazo estabelecido no item 3.14.3.1, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil. Nesta hipótese, todos os custos decorrentes da averbação deverão ser arcados pela Emissora.

3.14.7. Em caso de excussão das Garantias, serão adotadas as medidas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária, no Contrato de Penhor, no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta, no Contrato de Administração de Contas e no Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e a Instituição Financeira ("Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias").

3.15. VALOR NOMINAL UNITÁRIO

3.15.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.16. LOCAL DE PAGAMENTO

3.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, conforme datas previstas nesta Escritura de Emissão e observado o disposto na Cláusula 3.17.1 abaixo, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Agente Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA ("Local de Pagamento").

3.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

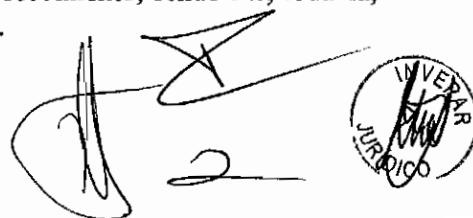
3.17.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão por quaisquer das Partes até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente em que os bancos estejam abertos para expediente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme mencionado acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

3.18. ENCARGOS MORATÓRIOS

3.18.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula VI desta Escritura de Emissão, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos continuarão sujeitos à eventual remuneração incidente sobre os mesmos e ficarão sujeitos, ainda, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês; ambos calculados sobre o montante devido e não pago. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação pecuniária respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

3.19. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

3.19.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



3.20. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO

3.20.1. As Debêntures de cada uma das séries serão ~~subscritas e integralizadas~~ no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da ~~Remuneração~~, calculada *pro-rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, utilizando-se para tanto 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento, ("Preço de Subscrição").

3.21. PRAZO E FORMA DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

3.21.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do Prazo de Distribuição, conforme definido no Contrato de Distribuição, com integralização à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso.

3.22. REPACTUAÇÃO

3.22.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

3.23. PUBLICIDADE

3.23.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ("Avisos aos Debenturistas"), e publicados no jornal "Valor Econômico", considerando que aqueles exigidos pela Lei das Sociedades por Ações serão feitos também no DOESP, sendo que o aviso ao mercado nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, o anúncio de início de distribuição e o anúncio de encerramento de distribuição também serão publicados no jornal "Valor Econômico", nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (www.cart.invepar.com.br). As referidas publicações deverão ser encaminhadas ao Agente Fiduciário e à CETIP em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

3.24. LIQUIDEZ

3.24.1. Será fomentada a liquidez das Debêntures, mediante a contratação de instituição(ões) financeira(s) para atuar como formador(es) de mercado da Emissão no prazo de pelo menos 12 (doze) meses a partir da Data de Liquidação.

3.25. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

3.25.1. As Debêntures da Primeira Série gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431, por destinarem-se a financiamento de projeto de investimento na área de infraestrutura relacionado à execução de funções operacionais de conservação e ampliação do Corredor Raposo Tavares, constituído pelas rodovias SP-270, SP-225, SP-327 e acessos, de acordo com o Edital e nos termos do Contrato de Concessão, no âmbito da Segunda Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo.

3.25.2. As Debêntures da Segunda Série não gozam de tratamento tributário diferenciado.

3.25.3. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária (além do tratamento tributário previsto na Cláusula 3.25.1 acima, no caso das Debêntures da Primeira Série), este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o

Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

3.27. FUNDO DE AMORTIZAÇÃO

3.27.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

3.28. DIREITO DE PREFERÊNCIA

3.28.1. Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.29. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

3.29.1. Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a Moody's América Latina ("Agência de Classificação de Risco"), a qual poderá, a qualquer momento, ser substituída pela Emissora pelas agências Standard & Poor's ou Fitch Ratings, a critério da Emissora, sem a necessidade de aditamento e/ou aprovação pelos titulares das Debêntures.

CLÁUSULA IV. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

4.1. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

4.1.1. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 ("Data de Vencimento das Debêntures"). Na Data de Vencimento das Debêntures, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, com o seu consequente cancelamento. As Debêntures serão liquidadas pelo Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido).

4.1.1.1. Para fins desta Escritura de Emissão, "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa, o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização, conforme abaixo definido.

4.2. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

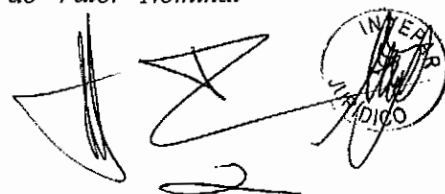
4.2.1. Atualização Monetária:

4.2.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA") ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado" e "Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado"), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal



Unitário Atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (valor nominal unitário remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de números-índices considerados na Atualização Monetária, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, o "NI_k" corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última data de aniversário e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures.

Se até a data de aniversário, o *NI_k* não houver sido divulgado, deverá ser utilizada em substituição a *NI_k* na apuração do Fator "C" um número- índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA (Número Índice- Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA/IBGE, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

- NI_{kp} = Número- Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2(duas) casas decimais, com arredondamento;
 C = Projeção: variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

- (i) O Número -Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e
- (ii) O número- índice do IPCA/IBGE, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.2.1.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial ("Período de Ausência do IPCA"), o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.2.1.3. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.2.1.4. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.3 abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data



de Pagamento dos Juros Remuneratórios (abaixo definida), conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência do IPCA das Debêntures será utilizada a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado; ou

(ii) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo a estabelecida nesta Cláusula IV, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida em comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o estabelecido na Cláusula X abaixo, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. Caso a Taxa Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva a ser utilizada nesta hipótese, a Emissora será obrigada a efetuar o procedimento descrito na Cláusula 4.2.1.4 (i) acima.

4.2.2. Remuneração:

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima de 8,00% (oito por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Taxa Máxima"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios" e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração").

4.2.2.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos juros devidos no final de cada data de cálculo da Remuneração (*exclusive*), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
 VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
 $FatorJuros$ = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right\}$$

Onde:

$taxa$ = taxa a ser apurada em Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual ao ano, conforme disposto na Cláusula 4.2.2.1 acima, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de

juros das Debêntures, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.3. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS DAS DEBÊNTURES

4.3.1. Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos anualmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2013 e o último pagamento na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios").

4.4. AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas, iniciando-se o primeiro pagamento no 36º (trigésimo sexto) mês a partir da Data de Emissão ("Período de Carência"), ou seja, em 15 de dezembro de 2015, conforme tabela a seguir (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização"):

Datas da Amortização das Debêntures	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado
15 de dezembro de 2015	1,00%
15 de dezembro de 2016	1,00%
15 de dezembro de 2017	2,00%
15 de dezembro de 2018	2,00%
15 de dezembro de 2019	2,00%
15 de dezembro de 2020	5,00%
15 de dezembro de 2021	12,00%
15 de dezembro de 2022	20,00%
15 de dezembro de 2023	25,00%
15 de dezembro de 2024	30,00%

4.4.1.1 As parcelas do Valor Nominal Unitário a serem amortizadas deverão ser atualizadas conforme disposto na Cláusula 4.2.1 acima.

CLÁUSULA V.

RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA PARCIAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA PARCIAL

5.1.1. As Debêntures da Primeira Série poderão ser resgatadas de maneira facultativa e antecipadamente, a critério da Emissora, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, somente se permitido pela Lei 12.431, na forma a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, hipótese na qual observará os procedimentos previstos para o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (abaixo definido).

5.1.2. A Emissora poderá, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série").

5.1.3. O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas da Segunda Série a ser



amplamente divulgada nos termos desta Escritura de Emissão (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série”), com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série”).

5.1.3.1. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série; (b) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série; e (c) quaisquer outras informações que a Emissora entenda necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série.

5.1.3.2. As Debêntures da Segunda Série objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série serão obrigatoriamente canceladas.

5.1.4. As Debêntures da Primeira Série poderão ser amortizadas extraordinária e antecipadamente, a critério da Emissora, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, somente se permitido pela Lei 12.431, na forma a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, **hipótese na qual observará os procedimentos previstos para a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série** (abaixo definido).

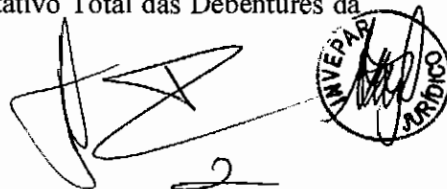
5.1.5. A Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série será limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável) e que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação (“Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série”).

5.1.6. A Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série somente poderá ocorrer a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, exclusive, mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas da Segunda Série a ser amplamente divulgada nos termos desta Escritura de Emissão (“Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série”) com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série (“Data da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série”).

5.1.7. O Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, ambos abaixo definidos, a que farão jus os Debenturistas da Segunda Série por ocasião da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será o maior valor entre (A) e (B) abaixo, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série devidos e não pagos, calculados desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme aplicável, até Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (“Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série” e “Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série”, respectivamente):

(A) Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série, até a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

(B) soma (a) do valor de cada parcela de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série; e (b) dos Juros Remuneratórios devidos e não pagos, desde a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da



Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo esta soma trazida a valor presente até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, utilizando-se uma taxa percentual ao ano ("Taxa de Desconto"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, que corresponderá à soma exponencial (i) da taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, da NTN-B (conforme definida abaixo); e (ii) de uma sobretaxa (*spread*) de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme a seguinte fórmula:

$$B = \sum_{k=1}^n \left(\frac{VN_{ek}}{FVP_k} \times Cresgate \right)$$

Onde:

VN_{ek} = valor de cada uma das parcelas vincendas "k" das Debêntures da Segunda Série, sendo o valor de cada parcela "k" equivalente ao valor de cada parcela de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série acrescido dos Juros Remuneratórios, definidos após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*;

N = número total de parcelas ainda não amortizadas das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, sendo n um número inteiro;

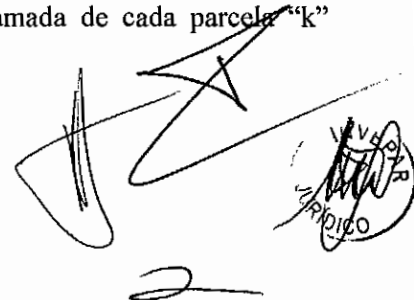
$Cresgate$ = Fator da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Data de Emissão até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso;

FVP_k = fator de valor presente apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FVP_k = [(1 + NTN-B) \times (1 + 0,005)]^{(n_k/252)}$$

$NTN-B$ = a média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANBIMA para as Notas do Tesouro Nacional – série B ("NTN-B") com número do registro ISIN BRSTNCNTB096 e com vencimento em 15 de agosto de 2024, apurada no 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso; e

n_k = número de dias úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, exclusive, e a Data de Amortização da Segunda Série programada de cada parcela "k" vincenda inclusive.



5.1.8. Ao valor apurado na Cláusula 5.1.7 acima, será acrescida a Remuneração acumulada, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

5.1.9. Caso a NTN-B citada no item (B) acima deixe de existir ou tenha seu vencimento verificado anteriormente ao Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou à Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série em questão, a mesma será substituída por outra NTN-B que tiver o prazo de vencimento mais próximo ao prazo remanescente para o vencimento das Debêntures.

5.1.10. Na Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série deverá constar: (a) a Data da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, mas, em todo caso, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série à época da amortização; (c) o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série; e (d) quaisquer outras informações que a Emissora entenda necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série.

5.1.11. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série custodiadas eletronicamente no SND, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série custodiadas na BM&FBOVESPA, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, também seguirá os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA. No caso de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série não custodiadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, o pagamento das referidas Debêntures da Segunda Série será realizado mediante depósito em contas-corrente indicadas pelos Debenturistas, a ser realizado pelo Banco Mandatário e Agente Escriurador.

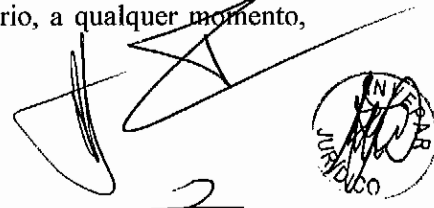
5.1.11.1. A CETIP e/ou a BM&FBOVESPA deverão ser notificadas pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, por meio de envio de correspondência neste sentido.

5.1.12. A data para realização de qualquer Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

5.1.13. Na hipótese de cancelamento das Debêntures da Segunda Série, o mesmo deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão.

5.2. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.2.1. Observado o disposto abaixo, as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.3 abaixo, poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento,



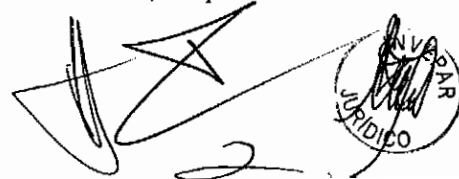
após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, condicionado ao aceite dos Debenturistas e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM ("Aquisição Facultativa").

5.2.2. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula 5.2 poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 5.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, o mesmo deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA VI. VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. São considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nos itens 6.2, 6.3 e 6.4 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, quando aplicáveis, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

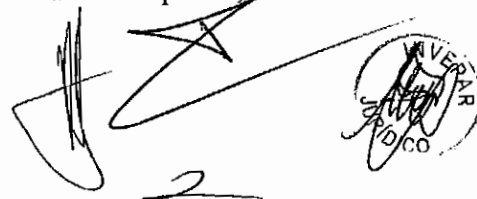
- (i) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada à Remuneração e ao pagamento do principal das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, não sanada dentro do prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da data do inadimplemento;
- (ii) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura de Emissão que não aquelas referidas no item "(i)" acima, não sanada dentro do prazo de 7 (sete) dias úteis contados da data da notificação do inadimplemento;
- (iii) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, se não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis, exceto nos casos com prazo específico para cumprimento, contados da data do recebimento pela Emissora da notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável;
- (iv) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia ou em qualquer outro documento relativo à Emissão, provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas;
- (v) não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos nos Contratos de Garantia, às obrigações de reforço e/ou aos limites, percentuais e/ou valores das Garantias;
- (vi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora que: (a) acarretem o início, pelo Poder Concedente, de procedimento administrativo visando a rescisão, término, término antecipado, perda, intervenção pelo Poder Concedente, encampação, caducidade ou anulação do Contrato de Concessão; (b) afetem de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora; ou (c) que impliquem interrupção ou suspensão total ou de parte relevante da operação da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, sem que a Emissora consiga reverter ou obter medida liminar preservando seus direitos, no prazo de 90



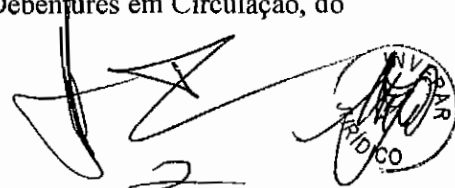
A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "Nº 12.431" at the top and "JURIDICO" at the bottom. The signature is written in dark ink and is somewhat stylized.

(noventa) dias com relação aos itens (a) a (c) desta alínea (vi);

- (vii) a decretação de intervenção pela ARTESP, tendo por objeto o término do Contrato de Concessão, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação pela Emissora da ocorrência do referido evento de inadimplemento;
- (viii) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade "leasing operacional"), em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora, não superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão; e (iv) as Garantias que serão prestadas no âmbito desta Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia;
- (ix) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto se tal cisão, fusão ou incorporação se der dentro do mesmo grupo econômico da Emissora e desde que a Invepar permaneça como seu acionista controlador, seja direta ou indiretamente;
- (x) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas. Excetua-se, contudo, qualquer transferência do controle da Emissora, na qual a sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente pela Invepar;
- (xi) se houver qualquer alienação de participação societária da Invepar na Emissora, sem a anuência prévia e expressa dos Debenturistas, pela qual a Invepar deixe de ser o acionista controlador, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, da Emissora;
- (xii) protesto de título(s) de responsabilidade ou co-obrigação da Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), cuja devida e tempestiva comprovação de (a) sustação, (b) cancelamento, (c) suspensão dos efeitos, (d) pagamento, (e) que referido protesto foi indevidamente efetuado, (f) que referido protesto decorreu de erro ou má-fé de terceiros, (g) que foram prestadas garantias em juízo no prazo legal e aceitas pelo juízo competente, ou (h) que foram tomadas todas as medidas cabíveis com relação aos itens (a) a (g) acima, não for apresentada ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar do recebimento da notificação do protesto;
- (xiii) não pagamento pela Emissora, no prazo indicado na referida decisão, de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, em montante superior, individual ou agregado, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xiv) se qualquer documento da Emissão, incluindo-se, mas não se limitando aos Contratos de Garantia, ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento, em cada caso, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;
- (xv) se a Emissora (i) solicitar moratória, (ii) solicitar suspensão geral do pagamento, (iii) tornar-se insolvente, requerer recuperação judicial, extrajudicial ou falência; ou (iv) tiver sua falência decretada e/ou requerida por qualquer terceiro, desde que nesta última hipótese, referido requerimento não seja sanado no prazo judicial aplicável;

Handwritten signature and stamp of Invepar. The stamp is circular with the word "INVEPAR" at the top and "S.A." at the bottom. There is a large handwritten "2" below the signature.

- (xvi) se a Emissora solicitar a reestruturação de parte substancial de suas dívidas que venha a afetar adversamente e de forma substancial a capacidade da Emissora de cumprir as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, exceto em caso de prévia anuência dos Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xvii) transformação do tipo societário da Emissora;
- (xviii) caso a Emissora venha a cessar suas atividades empresariais, a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução ou realizar transformação em sociedade limitada ou tiver cancelado o seu registro de companhia aberta perante a CVM;
- (xix) alteração do objeto social da Emissora e/ou de qualquer controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Emissora;
- (xx) caso, nos termos e prazo estabelecidos na Cláusula 3.14.3.1 acima, (a) os Contratos de Garantia e o Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento não sejam devidamente celebrados pelas respectivas partes; (b) os Contratos de Garantia e o Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento não estejam devidamente registrados; (c) a concessão das Garantias previstas na Cláusula 3.14 desta Escritura de Emissão não estejam devidamente autorizadas pela ARTESP;
- (xxi) não manutenção de classificação de risco atribuída às Debêntures igual ou superior a A-, ou equivalente, por, ao menos, 1 (uma) Agência de Classificação de Risco contratada pela Emissora;
- (xxii) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, ou financiamentos pela Emissora, exceto (i) com relação ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo; ou (ii) caso a Emissora esteja em observância aos Índices Financeiros previstos no item "(xxvii)" abaixo, observado que, para fins deste item (xxii), a Emissora obriga-se a apresentar relatório de apuração dos referidos Índices Financeiros calculados com base nas últimas demonstrações financeiras anuais auditadas divulgadas pela Emissora;
- (xxiii) caso as Garantias previstas na Cláusula 3.14 desta Escritura de Emissão (a) sejam objeto de questionamento judicial pela Emissora, pela Invepar ou por terceiros que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nas Debêntures e/ou nos Contratos de Garantia, e tal questionamento não seja revertido no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis da sua ocorrência; (b) sejam anuladas ou tenham seu efeito suspenso judicialmente e tal suspensão não seja elidida no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis da sua ocorrência; ou (c) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas e tal rescisão não seja revertida no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis da sua ocorrência;
- (xxiv) o não pagamento na data de vencimento de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), excetuando-se os pagamentos devidos nos termos do Contrato de Financiamento;
- (xxv) redução de capital da Emissora sem o consentimento prévio por escrito de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, do

Handwritten signature and a circular stamp. The stamp contains the text "INVEPAR" at the top and "CO" at the bottom, with a signature across it.

BNDES e da ARTESP;

- (xxvi) vencimento antecipado do Contrato de Financiamento;
- (xxvii) não observância pela Emissora, de qualquer dos índices e limites financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros"), observadas as disposições referentes aos Aportes de Capital previstas na Cláusula VIII abaixo.

(i) de índice de Patrimônio Líquido/Ativo Total ("Índice de PL/Ativo") superior a 20% (vinte por cento), a ser apurado anualmente, em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, observado que em caso de descumprimento do Índice de PL/Ativo só poderá ser declarado o vencimento antecipado das Debêntures no caso de descumprimento do disposto na Cláusula 6.1.3 abaixo; e

(ii) do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") mínimo de 1,2 (um inteiro e dois décimos), a ser apurado anualmente, e calculado de acordo com a fórmula abaixo, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, observado que em caso de descumprimento do ICSD só poderá ser declarado o vencimento antecipado das Debêntures no caso de descumprimento do disposto na Cláusula 6.1.2 abaixo;

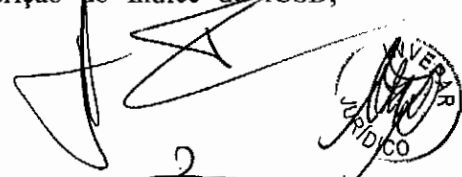
- (xxviii) celebração, pela Emissora, de quaisquer contratos financeiros, contratação de novas dívidas ou tomada de empréstimos de qualquer natureza não existentes na Data de Emissão, exceto (i) aqueles cujo valor, individual ou agregado, seja inferior a 15% (quinze por cento) do faturamento bruto da Emissora nos 12 (doze) meses que antecederem a contratação do referido endividamento e que tenham sido previamente aprovados por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ou (ii) em caso de mútuos celebrados com sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico ou societário da Emissora, em condições de mercado, limitados a 15% (quinze por cento) do faturamento bruto da Emissora nos 12 (doze) meses que antecederem a contratação do referido endividamento;
- (xxix) concessão, pela Emissora, de mútuo de qualquer natureza a quaisquer sociedades pertencentes ao seu grupo econômico ou societário; e
- (xxx) não realização de Aportes de Capital pela Acionista na Emissora, nos termos, condições e prazos previstos na Cláusula VIII abaixo, no montante total de R\$248 milhões, desde a Data da Emissão até 31 de dezembro de 2016, salvo se a Emissora não precisar de referidos Aportes de Capital para cumprir as obrigações previstas no Contrato de Concessão.

6.1.1. Para fins do disposto no subitem "(xxvii)" acima, entende-se por:

(i) ICSD = EBITDA ajustado/(Amortizações + Juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos).

(ii) EBITDA ajustado = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (Imposto de Renda – IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total – financiamentos – aportes de capital). O EBITDA ajustado anual deve ser calculado considerando os últimos 12 (doze) meses e deverá ser adicionado ao saldo de caixa operacional e de aplicações financeiras apurado no final do período imediatamente anterior.

6.1.2. Caso o Índice de ICSD não atinja o mínimo de 1,2 (um inteiro e dois décimos), a Emissora deverá apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da aferição do Índice de ICSD,



comunicação ao Agente Fiduciário de que implementará uma das seguintes medidas para que a Emissora restabeleça o ICSD mínimo de 1,2: (i) realização de aporte de capital na Emissora pela Acionista e/ou (ii) ingresso de recursos de terceiros na Emissora (a “Medida para Restabelecimento do Índice ICSD”).

6.1.3. A Medida para Restabelecimento do Índice ICSD deverá ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas, observados os termos da Cláusula X abaixo.

6.1.4. Uma vez aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas a Medida para Restabelecimento do índice ICSD, a Emissora deverá implementá-la em até 30 (trinta) dias contados da data de aprovação pela respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

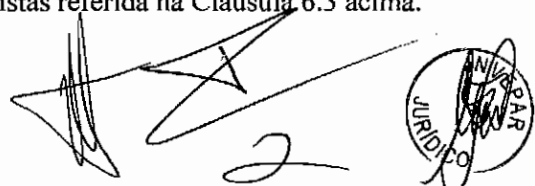
6.1.5. Será declarado vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo, caso: (i) a Emissora não apresente a Medida para Restabelecimento do Índice ICSD; (ii) a Medida para Restabelecimento do Índice ICSD seja rejeitada pela Assembleia Geral de Debenturistas; ou (iii) a Medida para Restabelecimento do Índice ICSD, ainda que aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas, não restabeleça o ICSD no prazo estipulado na Cláusula 6.1.4. acima.

6.1.6. Caso o Índice de PL/Ativo apurado em qualquer ano não atinja o mínimo de 20% (vinte por cento), a Emissora deverá apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos do prazo estipulado para aferição do Índice de PL/Ativo, comunicação ao Agente Fiduciário de que tomará as medidas necessárias para o reestabelecimento do Índice de PL/Ativo, seja por meio da efetivação de aporte de recursos na Emissora, de aumento de capital, de adiantamento para futuro aumento de capital ou de qualquer outro ato que garanta o reestabelecimento do referido índice (a “Comunicação de Medidas do Índice de PL/Ativo”). Uma vez apresentada a Comunicação de Medidas do Índice de PL/Ativo, a Emissora deverá implementar as medidas descritas na Comunicação de Medidas do Índice de PL/Ativo de modo a restabelecer o Índice de PL/Ativo mínimo de 20% (vinte por cento) em até 30 (trinta) corridos dias contados da data de verificação de seu descumprimento. Caso a Emissora não apresente a Comunicação de Medidas do Índice de PL/Ativo ou, uma vez apresentada não restabeleça o Índice de PL/Ativo mínimo de 20% (vinte por cento) no prazo estipulado acima, será declarado o vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo.

6.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos itens “(i)”, “(ii)”, “(v)”, “(vi)”, “(vii)”, “(ix)”, “(x)”, “(xi)”, “(xii)”, “(xiii)”, “(xv)”, “(xvii)”, “(xviii)”, “(xix)”, “(xx)”, “(xxvi)” e “(xxix)”, da Cláusula 6.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, inclusive conforme a excussão das Garantias, uma vez observado o Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias, o Contrato de Penhor, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Cessão Fiduciária de Conta.

6.3. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos itens “(iii)”, “(iv)”, “(viii)”, “(xiv)”, “(xvi)”, “(xxi)”, “(xxii)”, “(xxiii)”, “(xxiv)”, “(xxv)”, “(xxvii)”, “(xxviii)”, e “(xxx)” da Cláusula 6.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do Evento de Inadimplemento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura de Emissão.

6.3.1 O Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 6.3 acima.



6.4. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.3 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos na Cláusula X desta Escritura de Emissão, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação de cada uma das séries, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, optando por não excutir as Garantias.

6.5. Não será declarado o vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação. Caso (i) a Assembleia Geral de Debenturistas não seja instalada em segunda convocação; ou (ii) não haja aprovação do exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.4 acima, por titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação de cada uma das séries, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

6.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do valor devido, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula XII desta Escritura de Emissão, ou por aviso de recebimento, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.18.1 acima. No caso do pagamento referente ao vencimento antecipado acontecer através da CETIP ou da BM&FBOVESPA, ambas deverão ser comunicadas com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

CLÁUSULA VII. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

7.1.1. Utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura de Emissão e nos Prospectos.

7.1.2. Envidar seus melhores esforços e praticar todos os atos necessários para a obtenção do enquadramento, total ou parcial, da Emissão, nos termos da Lei 12.431.

7.1.3. Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou qualquer evento ou fato que, no entendimento da Emissora, afete ou possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento.

7.1.4. Notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial, administrativa e arbitral definitiva que implique em condenação da Emissora à obrigação cujo cumprimento implique dispêndio igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais a Emissora figure como parte.

7.1.5. Notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura de Emissão, conforme previsto na Cláusula VI acima.

7.1.6. Cumprir com todas as suas obrigações perante a CVM, ANBIMA, CETIP e BM&FBOVESPA, incluindo o envio de documentos e prestação de informações que lhe forem solicitadas pelos referidos entes, na forma da lei.

7.1.7. (a) Preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, suas demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e (b) divulgar tais demonstrações acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro do prazo máximo legalmente estabelecido.

7.1.8. Não constituir, em favor de terceiros, garantias sobre os Direitos Creditórios, com exceção da cessão fiduciária em garantia compartilhada com o BNDES nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

7.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura de Emissão.

7.1.10. Manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora.

7.1.11. Uma vez formalizadas e constituídas, manter sempre válidas e exigíveis as Garantias desta Emissão.

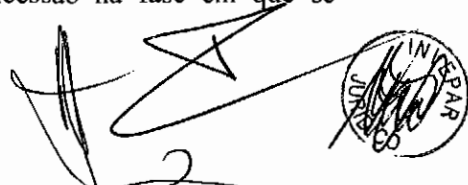
7.1.12. Cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que (i) estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora; ou (ii) não afetem a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora em valor igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

7.1.13. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso, em data e em horário comercial, previamente acordados com a Emissora, a qual não poderá exceder 2 (dois) dias úteis contados de solicitação do Agente Fiduciário: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas.

7.1.14. Manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

7.1.15. Notificar o Agente Fiduciário, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sobre qualquer ato ou fato, que tenha conhecimento, que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do evento.

7.1.16. Obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto nas hipóteses em que a ausência de tais autorizações, aprovações, licenças ou consentimentos não afete a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora em valor igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e implementação da Concessão na fase em que se



encontrar, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações.

7.1.17. Manter válidas e regulares as licenças ambientais pertinentes às suas atividades e à implementação da Concessão na fase em que se encontrar, ou comprovar que a obtenção de referidas licenças encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures.

7.1.18. Manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa.

7.1.19. Contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e o Agente Escriturador, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário e Agência de Classificação de Risco, devendo, ainda, fazer com que a Agência de Classificação de Risco atualize a respectiva classificação de risco das Debêntures anualmente, até o vencimento das Debêntures. Além do aqui disposto, a Emissora deverá: (i) divulgar ou permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as respectivas súmulas das classificações de risco; (ii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de Classificação de Risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (iii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco.

7.1.20. Efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis, previamente aprovadas pela Emissora e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão.

7.1.21. Enviar à CETIP e à BM&FBOVESPA, conforme aplicável, na data da primeira publicação de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas.

7.1.22. Contratar e manter contratada, enquanto as Debêntures não forem integralmente quitadas ou resgatadas, empresa de consultoria independente e de boa reputação e/ou bancos de investimento, ambos de primeira linha, nos termos do Contrato de Penhor, para realização do laudo de avaliação das Ações Empenhadas, que deverão ser entregues ao Agente Fiduciário até dia 30 de março de cada ano.

7.1.23. Adotar todas as providências necessárias e comercialmente razoáveis para a defesa dos ativos onerados no Contrato de Cessão Fiduciária, contra quaisquer procedimentos judiciais ou administrativos que venham a ser propostos por terceiros.

7.1.24. Manter vigentes as apólices de seguro contratadas em decorrência de disposição expressa no Contrato de Concessão, informando ao Agente Fiduciário as renovações e/ou alterações que eventualmente ocorram nas referidas apólices.

7.1.25. Convocar as Assembleias Gerais de Debenturistas, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a presente Emissão e que exijam a sua deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "JUR" at the top and "DO" at the bottom, with some illegible text in the center. The signature is written in dark ink and is somewhat stylized.

7.1.26. Praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das obrigações garantidas pelas Garantias (“Obrigações Garantidas”), obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma ímpetiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as Obrigações Garantidas, incluindo, mas não se limitando, aos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, e as Ações Empenhadas, nos termos do Contrato de Penhor, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as Obrigações Garantidas.

7.1.27. (a) Observar o dever de sigilo e das vedações à negociação dispostas no artigo 48 da Instrução CVM 400, durante os prazos legais aplicáveis; e (b) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM 358.

7.1.28. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

7.1.29. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis.

7.1.30. Caso a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: (i) contratar, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da ciência do fato pela Emissora, outra agência de classificação de risco, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja uma agência de reconhecimento internacional; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

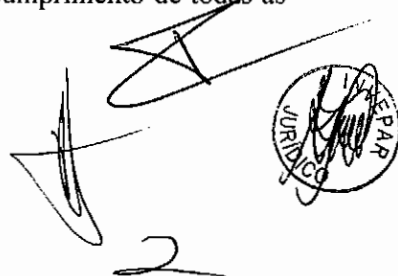
7.1.31. No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM o relatório anual elaborado pelo Agente Fiduciário.

7.1.32. A Emissora compromete-se a, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data em que for verificada a situação prevista nesta Cláusula 7.1.32, notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

7.2. Fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) Informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário justificadamente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;

(ii) Em até 5 (cinco) Dias Úteis após o prazo legalmente estabelecido, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhada do relatório da administração e do relatório de auditoria; (b) relatório anual demonstrando a apuração, realizada pela Emissora, dos Índices Financeiros previstos na Cláusula 6.1 “(xxvii)” acima, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração (“Relatório Anual”) e sua respectiva memória de cálculo, sob pena de impossibilidade de verificação pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (c) declaração assinada pelos representantes legais da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;



- (iii) Em até 5 (cinco) Dias Úteis após o prazo legalmente estabelecido, cópia de suas informações trimestrais relativas aos respectivos trimestres, quando for o caso, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes;
- (iv) Cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento que envolva obrigações de pagamento pela Emissora de valores iguais ou superiores à R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), dentro de 5 (cinco) dias úteis após o seu recebimento;
- (v) Dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, e que seja justificadamente necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (vi) Cópia do Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, ou normativo que venha a substituí-la no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a data máxima prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (vii) Em até 5 (cinco) Dias Úteis, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 3.23, acima;
- (viii) Avisos aos titulares das Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem publicados (ou deveriam ter sido publicados) ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (ix) Informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, inclusive com relação aos eventos previstos na Cláusula 6.1 acima, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do conhecimento descumprimento;
- (x) Cópia de qualquer comunicação enviada pelo Poder Concedente à Emissora relativa a uma possível causa de término, vencimento antecipado ou resilição, ou resolução do Contrato de Concessão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado a partir da data do recebimento pela Emissora da referida comunicação;
- (xi) Informações a respeito de qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.6 acima;
- (xii) No prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da respectiva solicitação, seguindo os critérios de razoabilidade e de boa-fé, todas as informações e comprovações por este requeridas, acerca das Obrigações Garantidas, incluindo, mas não se limitando aos Direitos Creditórios, às Ações Empenhadas e às contas cedidas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Penhor e do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta, respectivamente, de forma a permitir que o Agente Fiduciário execute todas as disposições dos respectivos Contratos de Garantia; e
- (xiii) Vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais Aditamentos, devidamente arquivadas na JUCESP em até 5 (cinco) Dias Úteis do seu arquivamento.

7.2.1. A Emissora obriga-se, desde já, a informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

CLÁUSULA VIII
EVENTO DE SUPORTE DE AÇIONISTA

8.1. Mediante a ocorrência de qualquer Evento de Capitalização (conforme abaixo definido), a Emissora deverá solicitar à Acionista que realize um ou mais aportes de capital na Emissora, sendo cada aporte em montante equivalente ao Valor de Capitalização (conforme abaixo definido), por meio de: (i) aumento do capital social da Emissora, mediante a subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações representativas do capital social da Emissora ou, a exclusivo critério da Emissora; (ii) concessão de empréstimo à Emissora, na modalidade de mútuo concedido por qualquer empresa do grupo da Acionista com pagamento subordinado à dívida representada pelas Debêntures e pelo Contrato de Financiamento e em condições de remuneração de mercado ou, ainda (iii) uma combinação, em qualquer proporção, de ambas as operações descritas nos itens (i) e (ii) acima (sendo qualquer aporte realizado nos termos desta Cláusula VIII denominado “Aporte de Capital”).

8.2. Para todos os fins desta Cláusula VIII, será considerado um “Evento de Capitalização” a não observância, pela Emissora, de qualquer dos Índices Financeiros referidos na Cláusula 6.1 “(xxvii)” acima.

8.3. Observado o disposto nas Cláusulas 8.1 e 8.2 acima, o valor de qualquer Aporte de Capital (a seguir denominado “Valor de Capitalização”) será aquele necessário para restabelecer o respectivo Índice Financeiro, conforme limites estabelecidos na Cláusula 6.1 “(xxvii)” acima.

8.4. A Emissora obriga-se a notificar a Acionista, com cópia para o Agente Fiduciário e ao BNDES, acerca da ocorrência de qualquer Evento de Capitalização, devendo fazê-lo imediatamente após ter tomado conhecimento de tal ocorrência. A notificação prevista nesta Cláusula 8.4 deverá (i) informar qual o Evento de Capitalização ocorrido; (ii) indicar o montante dos recursos necessários para cobrir o Valor de Capitalização; e (iii) solicitar a realização de Aporte de Capital no prazo e nas condições previstas nas Cláusulas 8.5 e 8.6 abaixo.

8.5. Observado o disposto nas Cláusulas 8.1 e 8.4 acima, na hipótese de ocorrência de um Evento de Capitalização, a Emissora deverá, ainda, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência do referido Evento de Capitalização, convocar uma assembleia geral de seus acionistas, ou reunião de seu conselho de administração, conforme o caso, a ser realizada no prazo legal, para que seja deliberada e aprovada a realização do Aporte de Capital respectivo, seja via aumento de capital social e/ou concessão de mútuo subordinado às Debêntures, sempre em montante suficiente para cobrir o Valor de Capitalização, sendo que a transferência de recursos da Acionista em favor da Emissora decorrente de qualquer Aporte de Capital deverá ser consumada em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da realização da referida assembleia geral de acionistas ou reunião do conselho de administração, conforme o caso.

8.5.1. A Emissora compromete-se a praticar todos e quaisquer atos necessários para formalizar e dar efeito a toda e qualquer subscrição e integralização de aumento de capital e/ou contratação válida de mútuo subordinado, sempre de acordo com os termos do Aporte de Capital devido e em conformidade com o que for aprovado em assembleia geral de acionistas ou reunião do conselho de administração, conforme o caso, da Emissora.

Handwritten signature and circular stamp. The stamp is circular with the text "PAR" at the top and "MUR" at the bottom. There is a handwritten number "2" below the signature.

CLÁUSULA IX.
AGENTE FIDUCIÁRIO

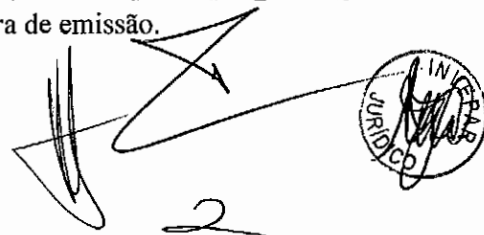
9.1. NOMEAÇÃO

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

9.1.3. Para os fins da Instrução CVM 28, seguem abaixo os dados relativos às emissões de debêntures feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário, até a data desta Escritura de Emissão:

- (i) 2ª (segunda) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, da Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA"), com vencimento em 31 de maio de 2027, em que foram emitidas 386.722 (trezentas e oitenta e seis mil, setecentas e vinte e duas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$386.722.000,00 (trezentos e oitenta e seis milhões, setecentos e vinte e dois mil reais), não tendo sido verificado, até a presente data, qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento de tal operação. Na data da emissão, as debêntures da LAMSA foram garantidas por garantia fidejussória da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., cessão fiduciária equivalente a 40% (quarenta por cento) da totalidade de toda a receita, presente ou futura proveniente da exploração do pedágio, dos direitos creditórios da LAMSA sobre todos os valores depositados e a serem depositados, e alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das quotas de qualquer fundo de investimento objeto de investimentos permitidos, além de todos os rendimentos, valorizações, amortizações, resgates e todas as demais quantias que a LAMSA tenha direito, conforme previsão na respectiva escritura de emissão;
- (ii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("METRÔ"), com vencimento em 14 de março de 2014, em que foram emitidas 10.000 (dez mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), não tendo sido verificado, até a presente data, qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento de tal operação. Na data da emissão, as debêntures da METRÔ não possuíam garantias, conforme previsão na respectiva escritura de emissão; e
- (iii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), com vencimento em 20 de maio de 2013, em que foram emitidas 35 (trinta e cinco) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), não tendo sido verificado, até a presente data, qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento de tal emissão. Na data da emissão, as debêntures da CBN não possuíam garantias, conforme previsão na respectiva escritura de emissão.



9.2. REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.2.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga em parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil contado a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

9.2.2. As parcelas a serem pagas, nos termos da Cláusula 9.2.1 acima, serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

9.2.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.2.4. As parcelas mencionadas nas Cláusulas 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 acima, serão acrescidas dos valores relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, à Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.2.5. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem aos depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

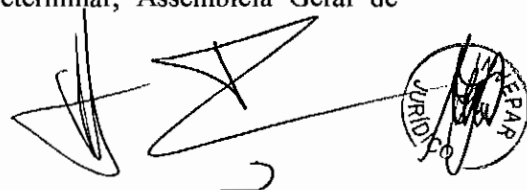
9.2.6. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário no momento oportuno pelo Agente Fiduciário, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

9.2.7. A remuneração do Agente Fiduciário prevista nesta Cláusula 9.2 deverá ser paga líquida das despesas descritas na Cláusula 9.2.5 acima, as quais serão arcadas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação.

9.2.8. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.3. SUBSTITUIÇÃO

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de



Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura de Emissão, salvo se outra for negociada com a Emissora ou aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas, observado que (i) o novo agente fiduciário não poderá receber remuneração superior ao seu antecessor, a não ser que aprovado pela Emissora; e (ii) a primeira parcela devida ao novo agente fiduciário será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, este deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, observado o disposto na Cláusula 9.3.2 acima.

9.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP, na forma da Cláusula 2.4.1 desta Escritura de Emissão.

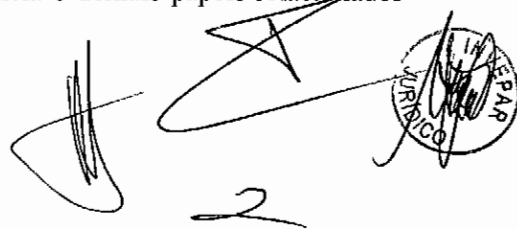
9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura de Emissão ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

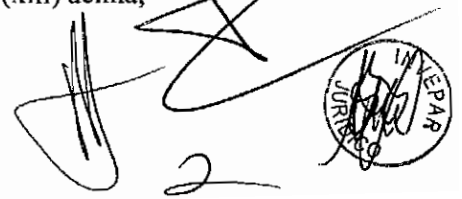
9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens e negócios;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "JURICO" and "SEAP" around a central emblem. Below the signature, the number "2" is handwritten.

- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) examinar eventuais propostas de substituição dos bens dados em Garantia, manifestando sua expressa e justificada concordância;
- (x) notificar a Emissora caso seja necessário eventual reforço das Garantias, na hipótese de deterioração ou depreciação dos bens dados em garantia;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (xii) solicitar, quando julgar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleias Gerais de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos da imprensa onde a Emissora efetua suas publicações, nos termos da lei;
- (xiv) comparecer às respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

- e. resgate, amortização, aquisição facultativa e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- f. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- g. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- h. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- i. relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures;
- j. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias das Debêntures ;
- k. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (k.1) denominação da companhia ofertante;
 - (k.2) valor da emissão;
 - (k.3) quantidade de debêntures emitidas;
 - (k.4) espécie;
 - (k.5) prazo de vencimento das debêntures;
 - (k.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (k.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (xvi) colocar o relatório de que trata o subitem (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - a. sede da Emissora;
 - b. seu escritório;
 - c. CVM;
 - d. BM&FBOVESPA
 - e. CETIP; e
 - f. sede do Coordenador Líder.
- (xvii) Publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora efetua suas publicações, nos termos a lei, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório anual mencionado no subitem (xii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem (xiii) acima;

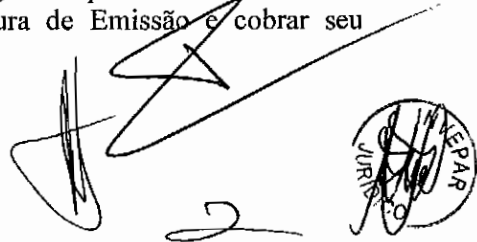


- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à CETIP, à BM&FBOVESPA e ao Agente Escriturador, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (xx) sem prejuízo do disposto na Cláusula IX acima, notificar os Debenturistas, sempre que possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contado da data em que tomar ciência de tal fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- (xxi) enviar à ANBIMA os relatórios de classificação de risco das Debêntures elaborados pela Agência de Classificação de Risco contratada pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento do relatório encaminhado pela Emissora, ficando estabelecido que a Emissora deverá fornecer à Agência de Classificação de Risco respectiva, em tempo hábil, todas as informações necessárias, incluindo informações financeiras e outras que lhes venham a ser por esta solicitadas, para fins de elaboração dos relatórios de classificação de risco das Debêntures;
- (xxii) convocar Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar acerca de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, após comunicação da Emissora neste sentido;
- (xxiii) disponibilizar, ao menos trimestralmente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, e divulgá-lo aos Debenturistas e à Emissora em sua página na rede mundial de computadores;
- (xxiv) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série ou, na hipótese da Emissão ser realizada em série única, a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxv) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
- (xxvi) divulgar as informações referidas na alínea (j) do subitem (xii) desta Cláusula 9.4.1 em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.

9.5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula IX desta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios;

Handwritten signature and a circular stamp. The stamp contains the text "JURADO" and "REPAR" around a central emblem.

- CONFIDENTIAL
- (ii) executar as garantias reais constituídas em favor da Emissão, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das obrigações decorrentes das Debêntures;
 - (iii) requerer a falência da Emissora nos termos da legislação falimentar ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
 - (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
 - (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (i) a (iii) da Cláusula 9.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à Assembleia Geral correspondente quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem (iv) da Cláusula 9.5.1 acima.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a pedido da Emissora não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, permanecendo obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.5.5. O Agente Fiduciário será responsável por verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade, a completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, nos termos do artigo 12, inciso V da Instrução CVM 28.

9.6. DESPESAS

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, as quais devem, sempre que possível, ser previamente aprovadas pela Emissora.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.6 será efetuado, em até 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante a entrega das vias originais dos comprovantes de pagamento.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora mediante comprovação. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.6.4. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas previamente e/ou reembolsadas pela Emissora ou pelos Debenturistas, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.6.5. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

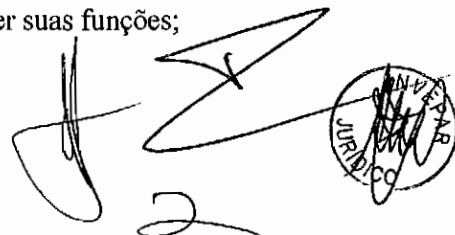
- (i) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (v) despesas relacionadas à realização de *conference call* e contatos telefônicos.

9.6.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.6.1 e 9.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento, nos termos do parágrafo 5º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações.

9.7. DECLARAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.7.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



- (v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, do BACEN;
- (vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (xii) que o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
- (xiii) que cumpre em todos os aspectos materiais todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- (xiv) que assegurará tratamento equitativo aos Debenturistas e a todos os debenturistas das emissões descritas na Cláusula 9.1.3 acima.

CLÁUSULA X. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às Assembleias Gerais de Debenturistas, aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. CONVOCAÇÃO

10.1.1. Os Debenturistas de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série, sendo que poderá ser realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas comum às duas séries caso possuam a mesma ordem do dia, observado sempre o disposto nas Cláusulas 10.5.1 e 10.5.2.

10.1.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação de cada uma das séries ou 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da série única, conforme o caso, conforme abaixo definido, ou pela CVM.

10.1.3. A convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes no DOESP e no jornal "Valor Econômico", respeitadas outras regras

relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

10.1.4. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

10.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação de cada uma das séries, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais das respectivas séries ou do voto proferido nas Assembleias Gerais de Debenturistas das respectivas séries.

10.1.6. Serão consideradas regulares as Assembleias Gerais de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação de cada uma das séries, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.2. QUORUM DE INSTALAÇÃO

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) de cada uma das séries se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da Primeira Série, a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da Segunda Série, conforme o caso, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sendo que em caso de Assembleia Geral de Debenturistas comum às duas séries, nos termos da Cláusula 10.1.1 acima, para fins de cálculo de quorum de instalação, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da série a que pertença.

10.2.2. Exclusivamente para fins da instalação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.3, o quorum de instalação em primeira convocação será de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures; e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sendo que, para fins de cálculo de quorum de instalação, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da série a que pertença.

10.2.3. Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluindo aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. MESA DIRETORA

10.3.1. A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista eleito pela maioria dos titulares das Debêntures, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. QUORUM DE DELIBERAÇÃO

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

A large, stylized handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "INSTITUTO DE CREDITO" around the perimeter and "CVM" in the center. The signature is written in dark ink and is quite expressive, with long, sweeping strokes.

10.4.2. Não estão incluídos no quorum mencionado na Cláusula 10.4.1 acima:

- (i) os *quora* expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (ii) as alterações relativas: (a) à redução de remuneração das Debêntures; (b) aos *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (c) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura de Emissão; (d) à modificação da espécie das Debêntures para uma espécie com prioridade menor de seus créditos em caso de falência da Emissora; e (e) qualquer alteração aos termos da Cláusula X, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.5. OUTRAS DISPOSIÇÕES À ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.5.1. Será facultada a presença dos representantes (inclusive legais) da Emissora em quaisquer Assembleias Gerais.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

10.5.4. Não será admitida nas Assembleias Gerais de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação dos devidos documentos de representação e identificação.

CLÁUSULA XI. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

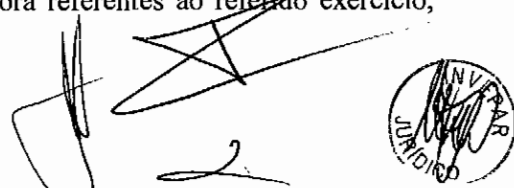
11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e estará, na data de sua assinatura, devidamente autorizada a celebrar os Contratos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações previstas na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, observado o disposto na Cláusula 3.14.3;
- (ii) a celebração desta Escritura de Emissão, bem como a colocação das Debêntures não infringem e, a celebração dos Contratos de Garantia, este também com relação à Acionista, não infringirão qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou a Acionista sejam parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data ou daqueles previstos nos Contratos de Garantia; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (iii) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem e, uma vez celebrados, os Contratos de Garantia e as obrigações neles previstos constituirão, obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com



força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil Brasileiro;

- (iv) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;
- (v) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, exceto: (a) com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade; e/ou (b) na hipótese em que tal descumprimento não venha a afetar sua capacidade operacional, legal ou financeira em valor igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (vi) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito, que seja de conhecimento da Emissora, cujo prognóstico de resultado possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em sua condição financeira;
- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (ix) é uma sociedade por ações devidamente organizada, com existência válida e em situação regular de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social bem como possui plenos poderes para conduzir seus negócios;
- (x) esta Escritura de Emissão constitui, e os Contratos de Garantia, uma vez celebrados, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura de Emissão constituirão, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora e da Acionista, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e pelo Contrato de Concessão, por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (xi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, exceto com relação a anuência da ARTESP e do BNDES (exclusivamente com relação à constituição das Garantias) e do Ministério dos Transportes (exclusivamente com relação ao enquadramento da Emissão nos requisitos da Lei 12.431), ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Oferta na CVM e das Debêntures junto à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, os quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;
- (xii) o balanço patrimonial da Emissora auditado e datado de 30 de setembro de 2012 e as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora referentes ao referido exercício,



apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora na aludida data e os resultados operacionais da Emissora referentes ao período encerrado em tal data;

- (xiii) a Emissora está em cumprimento, em seus aspectos relevantes, das leis e regulamentos ambientais a elas aplicáveis, exceto com relação às leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora ou para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (xiv) exceto conforme informado nos Prospectos e no Formulário de Referência, a Emissora possui, na data desta Escritura de Emissão, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades e implementação da Concessão na fase em que se encontrar, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (xv) os diretores estatutários da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas;
- (xvi) não omitiu, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (xvii) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas, exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não causaria um impacto adverso relevante;
- (xviii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xix) a Emissora possui, nesta data, e possuirá, na data em que os Contratos de Garantia forem celebrados, pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar os Contratos de Garantia e possui, nesta data, e possuirá, na data em que os Contratos de Garantia forem celebrados, todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição das Garantias, exceto pela anuência da ARTESP para a constituição das Garantias que deverá ser obtida até a data da celebração do Contrato de Distribuição; e
- (xx) responsabiliza-se (a) pela existência das Ações Empenhadas, dos Direitos Creditórios e dos direitos a serem cedidos em garantia nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta, bem como (b) pela formalização das Ações Empenhadas, dos Direitos Creditórios e dos direitos a serem cedidos em garantia nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta quando do adimplemento da Condição Suspensiva.



CLÁUSULA XII.
DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. COMUNICAÇÕES

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

PARA A EMISSORA:

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Av. Getúlio Vargas 20-59

Bairro Jardim Europa, CEP 17017-383 – Bauru - SP

At.: Sr. Ricardo Schittini Duarte e Sr. Damião Carlos Moreno Tavares

Tel.: (14) 3104-2300

Fax: (14) 3104-2323

E-mail: ricardo@cart.invepar.com.br/damião@invepar.com.br

PARA O AGENTE FIDUCIÁRIO:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas nº 4200, Bloco 04, Sala 514

Barra da Tijuca, CEP 22640-102- Rio de Janeiro- RJ,

At: Sr. Marco Aurélio Ferreira (*Backoffice* Financeiro) / Srtª. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

PARA O BANCO MANDATÁRIO E AGENTE ESCRITURADOR:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar

Vila Yara, Osasco, SP - CEP: 06029-900

At.: Sr. Sr. João Batista de Souza

Telefone: (11) 3684-7911

Fac-símile: (11) 3684-5646

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br/ 4010.custodiarf@bradesco.com.br

PARA A CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

CEP 01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the text "INVEPAR" and "20/00".

12.2. RENÚNCIA

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debênturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. LEI APLICÁVEL

11.3.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

12.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

12.5. IRREVOGABILIDADE; SUCESSORES

12.5.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.6. INDEPENDÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA ESCRITURA DE EMISSÃO

12.6.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.7. DESPESAS

12.7.1. A Emissora arcará com todos os custos:

- (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA e na ANBIMA;
- (ii) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao Registro desta Escritura de Emissão e seus aditamentos na JUCESP;
- (iii) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como os atos societários da Emissora; e
- (iv) pelos honorários e despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Agência de Classificação de Risco, Banco Mandatário e Agente Escriturador, bem como com os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "JUCESP" and "REGISTRO" around a central emblem.

12.8. SUBSTITUIÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

12.8.1. É facultado à Emissora, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Banco Mandatário, do Agente Escriturador e da Agência de Classificação de Risco.

12.9. CÔMPUTO DOS PRAZOS

12.9.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.10. FORO

12.10.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

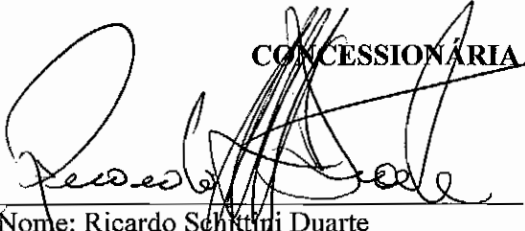
São Paulo, 09 de novembro de 2012.

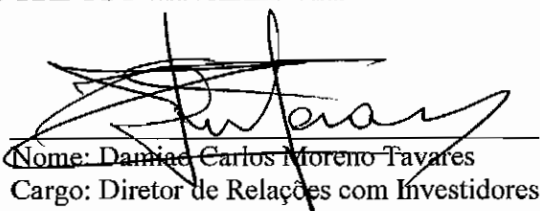
[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "ANVENAR" at the top, "10/10/12" in the center, and "DIO" at the bottom. The signature is a stylized, cursive mark.

(Página de assinaturas da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Controlada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.")

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.


Nome: Ricardo Schmitt Duarte
Cargo: Diretor Presidente





Nome: Danilo Carlos Moreno Tavares
Cargo: Diretor de Relações com Investidores



(Página de assinaturas da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Envolvida em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.")


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: **Paulo Luiz Ferreira**
Cargo: **Procurador**

(Página de assinaturas da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Coletação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.")

TESTEMUNHAS:


Nome: Patrícia Alves
RG: 33.162.653-9 SSP/SP


Nome: Jussica Alves de Oliveira
RG: 44.591.556-5 SSP/SP

